



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Estádio 'escapou' de ter uma Estátua da Liberdade como vizinha

Além do atacadão, o entorno do Mané Garrincha ganharia uma loja que usa réplicas da estátua. E, acredite: em 5 anos, a Arena BSB pagou R\$ 0 para o GDF pelo uso da área

Você, caro leitor, é um dos que achou um absurdo o Eixo Monumental, planejado pelo urbanista Lúcio Costa e patrimônio cultural tombado pela Unesco abrigar um atacadão, ao lado do Estádio Mané Garrincha?

E se eu disser que, entre os projetos do concessionário (a Arena BSB) estava a de abrigar uma loja de departamentos da Havan – aquela que tem sua fachada inspirada na Casa Branca (de Washington) e ostenta na frente de cada loja uma réplica da Estátua da Liberdade (de Nova York), em fibra de vidro verde?

Esta revelação – uma das novidades previstas pela Arena BSB e até então escondidas do brasiliense e das autoridades gestoras – foi feita pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT), durante uma sessão de debates sobre os usos (e desmandos) na região concessionada do Mané Garrincha, na Câmara Legislativa do DF.

“Vocês sabiam que, além do chamado Costa Atacadão, ia ser colocada ali nas imediações do estádio, que já havia um contrato, que teria uma loja da Havan?”, questionou Vigilante, em tom de estupefação. “Estou falando sério... Tanto que fiz um requerimento hoje (quarta-feira), eu quero todos os contratos na minha mão”, afirmou.

“Porque não é para isso que foi autorizada aquela Arena. Um terreno para você colocar uma loja aqui, no Distrito Federal, é muito caro. Entretanto, os ‘amigos do rei’ estavam indo para lá, quase de graça”, afirmou o parlamentar. No inflamado discurso, Chico Vigilante disse que as instalações “desfigurariam completamente o tombamento da cidade”.

Por conta das obras do atacadão – que já estavam em fase adiantada e tinham sido autorizadas, sem muita dificuldade, pelos órgãos de fiscalização e de postura do GDF –, na última segunda-feira o governador Ibaneis Rocha decidiu suspender os alvarás de construção e

baixou um decreto, modificando o processo de análise das construções naquele local.

Tribunal de Contas será acionado pela CLDF

O distrital Gabriel Magno afirmou ainda que fará denúncia no Ministério Público e no Tribunal de Contas do DF. “É preciso investigar os contratos, as autorizações e as permissões que foram dadas para esse atentado contra a cidade que a gente também tem visto aqui na área central”, completou.

“Brasilianas” apurou, junto ao TCDF, que já existe um processo, o de nº 33.986/2017 – que não tem o seu conteúdo aberto ao público – que faz o controle e a fiscalização da execução contratual da Concessão do Centro Esportivo de Brasília, onde está localizado o Estádio Mané Garrincha. Esse processo também tratou dos procedimentos de licitação e contratação da concessão.

O relator deste processo é o conselheiro Manoel Paulo de Andrade

Neto. O TCDF está analisando os resultados de uma auditoria feita no início deste ano para avaliar a conformidade da execução e da fiscalização do contrato pela Terracap (como poder concedente, em nome do GDF). O resultado desta auditoria ainda não é conhecido.

O processo encontra-se em julgamento. Na sessão ordinária nº 5391, após apresentação do voto do relator (que também não é aberto para consulta pública), a conselheira Anilécia Machado pediu vista dos autos, ficando adiada a continuidade do julgamento da matéria.

De toda forma, esse processo ainda não inclui as recentes descobertas de desvios de finalidade do local concedido. É isso que os deputados distritais querem que seja, agora, também investigado pelos auditores do TCDF.

E, afinal, quanto o GDF já recebeu pela concessão?

Pelo contrato de concessão as-

Foto montagem/Claudio Fontana



Numa simulação, uma réplica da Estátua da Liberdade seria instalada ao lado do Estádio Mané Garrincha



A partida entre Palmeiras e Vasco, no último domingo, no Mané Garrincha, foi o recorde de público

sinado pela Terracap em 26 de julho de 2019, a empresa Arena BSB ficou responsável pela administração do espaço até o ano 2054 (35 anos de concessão). Ao longo desse tempo, ela deveria repassar aos cofres do GDF R\$ 5.050.000 por ano, além de 5% do faturamento obtido pelo complexo.

Quando de sua vez de usar a tribuna na Câmara Legislativa, o distrital Fábio Felix (Psol) destrinchou dados financeiros desse contrato. Segundo ele, a concessionária começaria a pagar a ou-

torga pelo direito de explorar o espaço no próximo ano (em 2025), dividida em 30 anos. Mas, segundo o distrital, um termo aditivo foi assinado pela Terracap e adiou para 2027 a primeira prestação.

“Brasilianas” pediu que a Terracap e a Secretaria de Fazenda do GDF se posicionassem sobre essa informação do distrital. Ontem, no final da tarde, a Terracap confirmou a informação, dizendo por meio de nota que a Arena BSB só terá de fazer pagamentos “a partir do oitavo ano de opera-

ção (2027), corrigida monetariamente, além de 5% sobre o faturamento líquido”.

Ou seja, caro leitor, a arrecadação para os cofres públicos pela concessão do Mané Garrincha, até este momento, é mesmo de R\$ 0,00.

Para recordar: de acordo com o GDF, o contrato com a Arena BSB previa que a empresa fizesse reformas e revitalização no espaço, incluindo paisagismo e adequações em todo o equipamento. A expectativa do governo, quando da assinatura, era a de economizar cerca de R\$ 370 milhões por ano.

Considerado um grande “elefante branco” e construído a um custo estimado entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1,9 bilhão, o Mané Garrincha deixou aos cofres públicos um legado perverso: baixa rentabilidade, alto custo de operação e um rastro de corrupção evidenciado pelas delações da construtora Odebrecht.

Com esse contrato, o Palácio do Buriti considerava que havia “se livrado” da operação da estrutura que gerava mais custo que receita. Segundo a Secretaria de Esportes, em 2019 o espaço custava cerca de R\$ 700 mil por mês aos cofres públicos. No entanto, nos primeiros quatro meses daquele ano, a arena tinha arrecadado apenas R\$ 232 mil.

No debate na Câmara Legislativa, o deputado Thiago Manzoni (PL) identificou que a raiz do problema recai sobre o poder público. “Quem criou este problema foi o Estado (no caso, o GDF). Sem saber o que fazer com aquele ‘elefante branco’ que consome recursos indefinidamente, empurrou para a iniciativa privada”, apontou.

Segundo o deputado do PL, “o que não está no contrato não se pode fazer”. E continuou: “mas, se vedarmos tudo, eles (o concessionário) vão devolver e o que o Estado vai fazer com aquilo?”, questionou.

Para o deputado Pastor Daniel de Castro (PP), se continuasse com o poder público, “teríamos um ‘elefante branco’, um estádio que custou mais de R\$ 2 bilhões e que estava sendo usado por órgãos do governo”. Mas, Castro disse ainda que a área não pode virar um espaço “elitista”, e frisou que a parceria público-privada pode ter bons frutos.

Para exemplificar, registrou que no último domingo (22), na partida entre Vasco e Palmeiras pela 27ª rodada do Campeonato Brasileiro, o Estádio Mané Garrincha recebeu o maior público pagante do futebol brasileiro na temporada. Ao todo, 62.186 pessoas foram ao jogo.

Escolas de Ceilândia recebem projeto com shows de rap e graffit

Divulgação

Em continuidade à 5ª edição do projeto, o Arte Urbana nas Escolas visita duas escolas, hoje (27) e em 10 outubro, levando atividades, aprendizado e diversão a crianças e jovens da CEF 04 (Ceilândia Sul) e CEF 18 (P. Sul).

Constituído por shows de rap e crew de breaking e workshops de grafiti, danças urbanas e rap, a iniciativa destaca rodas de conversa em que são abordadas temáticas que se inserem no contexto da juventude como bullying, prevenção às drogas, combate à discriminação, cultura de paz e fortalecimento de vínculos.

Além da vivência prática, o objetivo de Arte Urbana nas Escolas é inspirar, capacitar e estimular o protagonismo do jovem, e despertar interesse pelo empreendedorismo através da cultura criativa e solidária. O projeto Arte Urbana nas Escolas é realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal.

A equipe do projeto é composta por produtores culturais e artistas reconhecidos em suas áreas de atuação e são referências na cultura hip hop. Os workshops serão ministrados por Ravel e Markx (Rap); Will Locking (Dança Urbana) e Elom e Rivas (Graffiti).

“O projeto tem sido um marco nas escolas públicas do DF, a ponto de sermos procurados por inúmeras escolas que desejam nos receber. Sempre temos essas solicitações em nossos canais de comunicação. Pudéramos nós atender a todos, mas de edição em edição vamos alcançando cada vez mais crianças e jovens”, afirma Jane Alves, produtora cultural e pro-



O arte urbana terá workshops de grafiti, danças urbanas e rap

ponente do projeto.

O Arte Urbanas nas Escolas acontecerá no CEF 427 (Sambaíba), CEF 16 (Ceilândia Norte), CEF 04, CEF 07 e CEF 19 (Ceilândia Sul) e e CEF 32 (Sol Nascente). Atendendo aos dois turnos das instituições que somam cerca de seis mil alunos, o projeto é voltado para alunos dos ensinos fundamental e médio, com idade entre 09 e 16 anos, aproximadamente.

A dinâmica tem início com um show de rap e apresentações de uma crew de breaking, abrindo espaço para o conteúdo ministrado pelos arte-educadores.

Distritais criticam concessões

Parlamentares desconfiam de irregularidades nos contratos do Mané Garrincha

Por Thamiris Feitosa

Durante sessão plenária de quarta-feira (25), parlamentares distritais discutiram sobre a concessão ao setor privado do complexo esportivo Estádio Mané Garrincha com a Arena BRB. Repercutiu a suspensão do alvará para instalar um atacadão e uma loja Havan nas imediações do complexo esportivo.

A denúncia foi feita pelo deputado Chico Vigilante (PT). “Quero em minhas mãos todos os contratos, quem seriam os beneficiados, quanto a Arena BRB pagou ao estado e o que a população ganhou com isso” disse em plenário. Ainda, sugeriu uma Comissão Parlamentar de In-

quérito (CPI) para investigar o contrato.

TCU

O deputado Fábio Félix (Psol) também se manifestou durante a sessão plenária e se opôs ao contrato com a Arena BSB, nome conferido pela empresa que administra o estádio (tornou-se depois Arena BRB, porque o Banco Regional de Brasília fez contrato de naming rights). Disse que a concessionária começaria a pagar a outorga pelo direito de explorar o espaço em 2025, dividida em 30 anos, mas que termo aditivo assinado pela Terracap adiou para 2027 a primeira prestação.

Ainda, disse que entrou com representação no Tribunal de Contas da União. O Correio

da Manhã teve acesso ao documento que alega que a Arena BSB não está cumprindo com suas obrigações.

“As obrigações da Arena BSB são na realização de reformas, construções, obras e benfeitorias no Complexo Esportivo de Brasília que garantam a manutenção e a modernização da área, a fim de maximizar a utilização do espaço, criando um polo de entretenimento e lazer na região do Eixo Monumental e integrando-o à vida cotidiana da cidade, ampliando as oportunidades de lazer, eventos culturais e práticas desportivas”, diz o documento.

“Apesar das previsões contratuais, a Concessionária não tem levado a efeito o projeto vencedor. O acesso ao Comple-

xo, que deveria ser articulado entre todas as vias circundantes e com acesso para pedestres, permanece obstruído por cancelas e cercamentos”, prossegue.

“O Boulevard, cujos aluguéis seriam a principal fonte de receita da Concessionária a partir de 2024, não foi construído. Até o momento, a única edificação em funcionamento para lazer e serviços é o Mané Mercado, a partir de uma edificação existente, o qual sequer estava previsto no projeto original, o que evidencia o desvio do projeto arquitetônico vencedor”.

Félix criticou o desvirtuamento completo do projeto.

“Não precisa ser arquiteto e urbanista para ver que transformaram toda a área esportiva em uma bagunça”, afirma.



Projeto da Arena BRB não estaria sendo cumprido